

LINGUASAGEM

PROPÓSITO COMUNICATIVO E ORGANIZAÇÃO RETÓRICA DA CARTA DO LEITOR

Valfrido da Silva NUNES¹

RESUMO

Fundamentado na análise de gênero de base sociorretórica, especialmente por meio de Swales (1990;2009) e Bhatia (1993; 2009), este artigo visa a discutir os propósitos comunicativos e a organização retórica da carta do leitor, gênero típico do chamado jornalismo opinativo. A pesquisa que ensejou este artigo foi realizada por meio da análise de um *corpus* constituído por 237 exemplares de carta do leitor, coletado no *Jornal do Commercio* de Pernambuco, durante o primeiro semestre de 2010. Os resultados evidenciam que a carta do leitor é um gênero complexo e heterogêneo, tanto no que diz respeito à versatilidade dos seus propósitos quanto à sua estruturação esquemática.

Palavras-chave: carta do leitor; propósito comunicativo; organização retórica.

ABSTRACT

Based on the analysis of genre based on sociorhetorical, especially through Swales (1990; 2009) and Bhatia (1993; 2009), this article aims to discuss the communicative purposes and the rhetorical organization of the letter from reader, a typical genre of so-called opinionated journalism. The research that led to this article was performed through the analysis of a corpus consisting of 237 copies of the letter from reader, collected in the *Jornal do Commercio*, Pernambuco State, Brazil, during the first half of 2010. The results show that the letter from reader is a complex and heterogeneous genre, both with regard to the versatility of its purposes and its schematic structuring.

Keywords: letter from reader; communicative purpose; rhetorical organization.

Introdução

Este trabalho resulta de uma pesquisa desenvolvida em nível de mestrado no Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de

¹ Doutor em Linguística (UFAL). Professor e pesquisador do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), *Campus* Garanhuns. Líder do GEL – Grupo de Estudos em Linguagens (IFPE/CNPq). Contato: fridoval@hotmail.com.

Alagoas, defendida em 2012. O objeto de investigação foi a carta do leitor, gênero textual/discursivo típico da esfera do jornalismo opinativo, veiculada no *Jornal do Commercio*, um dos principais jornais do estado de Pernambuco, que serviu de suporte à pesquisa, cujo *corpus* foi coletado em 2010.

A pesquisa teve como objetivo descrever e analisar cartas do leitor, a partir de: (i) uma análise contextual-enunciativa, em que se buscou entender quem produz o gênero, com que intenção; quem recebe, quem seleciona; a forma como ele é publicado; enfim, as relações de forças, de restrição, de conveniências e o jogo de interesses que a produção, publicação e recepção desse gênero implica e (ii) uma análise da sua organização retórica, considerando os traços recorrentes, quanto aos movimentos e estratégias retóricas, mesmo sabendo-se da sua heterogeneidade em relação a esse aspecto, particularmente em quatro de seus tipos: a carta de elogio, a carta de esclarecimento, a carta de sugestão e a carta de consulta. Este artigo concentra-se especificamente na análise dos propósitos comunicativos e da organização retórica do gênero em tela.

Os fundamentos teóricos assentam-se na análise de gênero, em sua concepção sociorretórica – defendida por Swales (1990; 2009), Bhatia (1993; 2009), a qual considera o gênero como uma ação social tipificada, motivado por uma situação retórica recorrente. A escolha da temática justificou-se em razão de a carta do leitor, sendo um gênero textual opinativo, figurar como um artefato cultural eficaz para manifestar pontos de vista, propiciando aos seus usuários, de alguma forma, o direito de ouvir e fazer-se ouvir, além de instigar-lhes a participar do debate público, como forma de exercício da cidadania nas sociedades ditas democráticas. Ademais, a contribuição advinda da pesquisa está relacionada ao fato do pioneirismo no estudo da carta do leitor em dois sentidos: (i) quanto ao suporte investigado e (ii) quanto à abordagem teórico-metodológica adotada.

A inter-relação entre gênero e propósito comunicativo

Os estudos de gêneros, à luz da perspectiva do Inglês para Fins Específicos (*English for Specific Purposes*), tem dado uma contribuição fundamental, especialmente a estudantes de pós-graduação que não são falantes nativos de inglês, contribuindo para o letramento acadêmico desses alunos. Todavia, ressalta-se que a influência dessa concepção de gênero não se restringe aos meios acadêmicos de base anglófona, mas tem influenciado pesquisas sobre gêneros em outros domínios discursivos ao redor do

mundo, inclusive no Brasil, tais como estudos sobre o ofício – gênero da correspondência oficial e empresarial – (SILVEIRA, 2005) e a carta do leitor na mídia impressa (NUNES, 2012), dentre outros. As figuras mais notáveis que representam essa concepção teórico-metodológica para a análise de gêneros são, de fato, o linguista britânico John Malcolm Swales e o linguista indiano Vijay Kumar Bhatia.

A proposta de Swales (1990) para a análise de gêneros – especialmente voltada para aqueles do mundo acadêmico – tem contemplado gêneros variados, considerando tanto seus aspectos formais, quanto os discursivos. Ademais, no dizer de Hemais e Biasi-Rodrigues (2005), essa perspectiva é tributária de uma visão eclética do autor, uma vez que, para a construção da sua teoria, ele se ancora em vários estudos previamente realizados por outros estudiosos em diferentes campos de atuação, tais como: os estudos sobre folclore, os estudos sobre habilidades e estratégias usadas principalmente para leituras com objetivos variados, os estudos literários, a linguística, a retórica, a etnografia, a antropologia cultural, a análise do discurso, dentre outros. Todas essas concepções teóricas constituem-se em fontes valiosas para a própria formulação dos conceitos de *gênero* e *propósito comunicativo*, marcas da perspectiva do autor. Assim, convém ressaltar que, para Swales:

Um gênero compreende uma classe de eventos comunicativos, cujos exemplares compartilham os mesmos propósitos comunicativos. Esses propósitos são reconhecidos pelos membros mais experientes da comunidade discursiva original e constituem a razão do gênero. A razão subjacente dá o contorno da estrutura esquemática do discurso e influencia e restringe as escolhas de conteúdo e estilo. O propósito comunicativo é o critério que é privilegiado e que faz com que o escopo do gênero se mantenha enfocado estreitamente em determinada ação retórica compatível com o gênero. Além do propósito, os exemplares do gênero demonstram padrões semelhantes, mas com variações em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público-alvo. Se forem realizadas todas as expectativas em relação àquilo que é altamente provável para o gênero, o exemplar será visto pela comunidade discursiva original como um protótipo. Os gêneros têm nomes herdados e produzidos pelas comunidades discursivas e importados por outras comunidades. Esses nomes constituem uma comunicação etnográfica valiosa, mas precisam de validação posterior. (SWALES, 1990, p. 58).

O conceito de gênero referido acima leva em consideração pelo menos cinco pontos que merecem ser colocados em relevo: (i) a ideia de *classe*, pois o gênero passa a ser considerado como uma classe de eventos comunicativos, levando-se em consideração as suas condições de produção e recepção; (ii) a noção de *propósito comunicativo compartilhado*, isto é, os objetivos, a finalidade do gênero; (iii) a

prototipicidade, entendida como os traços especificados na definição do gênero; (iv) a *razão ou lógica subjacente ao gênero*, ou seja, as convenções esperadas e manifestadas nos gêneros, as quais facilitam o seu reconhecimento pelos membros da comunidade; e (v) a *terminologia*, uma vez que os membros mais experientes e ativos da comunidade discursiva reconhecem os eventos comunicativos como ações retóricas recorrentes e, portanto, dão nomes ao gêneros.

Todavia, posteriormente, o próprio Swales (2009) revisitou o conceito de *propósito comunicativo* – entendido inicialmente como o critério privilegiado na definição do gênero, embasando não só a sua estrutura esquemática, como também as escolhas em torno de conteúdo e estilo –, fazendo algumas modificações em sua teoria, uma vez que o autor reconhece as limitações dessa definição. Dessa forma, o propósito não deve ser tomado *a priori* como chave determinante para a definição de um gênero textual. Advertem Askehave e Swales (2009) que o *propósito comunicativo* assumiu um *status* de certeza absoluta, um ponto de partida conveniente, mas subestimado pelos analistas. Contudo, a maioria das obras importantes dentro da linha das primeiras publicações nesta área tem estabelecido, de várias formas, que os propósitos, os objetivos ou resultados públicos são mais evasivos, múltiplos, sobrepostos e complexos do que originalmente concebidos. Com efeito, essa não é uma questão tão simples que possa ser resolvida a partir de um olhar superficial sobre um gênero. Ao contrário, exige-se uma análise acurada do linguístico e seus entornos, a fim de que se possa chegar a uma conclusão razoável do(s) propósito(s) que permeia(m) determinado gênero. Aos olhos do analista, a questão se reveste de maior complexidade que, certamente, escapa à ótica do leitor comum. Não é sem razão que:

o propósito comunicativo não pode, por si mesmo, ajudar os analistas a decidirem rápida, tranquila e indiscutivelmente quais dentre os textos A, B, C e D pertencem ao gênero X ou Y, pois esses analistas dificilmente saberão, de saída, quais são os propósitos comunicativos daqueles textos. Antes, o que é imediatamente manifesto ao analista do gênero não é o propósito, e sim a forma e o conteúdo. Além disso, mesmo que um texto se refira ao próprio propósito comunicativo de forma explícita e evidente, como em ‘o propósito dessa carta é informar que sua conta excedeu o limite de crédito’, diríamos que é temerário interpretar sempre tais enunciados do modo como se apresentam. (ASKEHAVE; SWALES, 2009, p. 228).

Para comprovar que o conceito de propósito comunicativo é fluido e indefinido, Askehave e Swales (2009) recorrem a alguns gêneros do cotidiano, dentre eles, a lista de compras. Os autores sustentam que a lista de compras pode cumprir diferentes

propósitos, posto que, conforme pesquisas têm mostrado, além de servir para fazer a pessoa recordar o que se precisa comprar – como uma forma de auxílio à memória – a lista de compras também é usada por outras pessoas como autodisciplina, isto é, para prevenir compras por impulso. Mais que isso, ela ainda pode funcionar como um instrumento de esperança romântica, caso um jovem fortemente atraído pela balconista queira convencê-la de sua aptidão como um possível companheiro. Askehave e Swales (2009), à guisa de sugestão, insistem que o propósito (mais exatamente, os conjuntos de propósitos comunicativos) retenha o *status* de um critério “privilegiado”, mas em um sentido diferente daquele inicialmente proposto por Swales (1990). Não é mais privilegiado pela centralidade, proeminência ou clareza evidente, mas por sua posição como recompensa ou retribuição aos investigadores no momento em que chegam a completar o círculo hermenêutico.

Acerca da análise de gêneros, Bhatia (2009) afirma que essa teoria apresenta uma considerável base comum, visto que enfatiza: (i) o conhecimento convencional do gênero; (ii) a versatilidade da descrição dos gêneros e (iii) a tendência para a inovação. Em primeiro lugar, no que diz respeito ao conhecimento convencional, Bhatia diz que:

Os gêneros são definidos essencialmente em termos de uso da linguagem em contextos comunicativos convencionados, que dá origem a conjuntos específicos de propósitos comunicativos para grupos sociais e disciplinares especializados, que, por sua vez, estabelecem formas estruturais relativamente estáveis e, em certa extensão, até mesmo impõem restrições quanto ao emprego de recursos léxico-gramaticais. (BHATIA, 2009, p. 161).

Partindo desse ponto de vista, o autor assegura que tal conhecimento convencional se apresenta em função: (i) da recorrência de situações retóricas (contexto em que um dado evento comunicativo acontece); (ii) dos propósitos comunicativos compartilhados (relação mútua entre participantes de uma comunidade discursiva em particular); e (iii) das regularidades da organização estrutural (formas estruturais que delinham um construto genérico). Curiosamente, o autor ilustra que as situações retóricas são tipificadas, a partir do exemplo da relação paciente/ginecologista. Com efeito, mesmo o médico tranquilizando a paciente, com voz gentil e suave, pedindo para ela relaxar o máximo possível, durante o exame, a situação não é confundida com um encontro sexual, mas entendida como um encontro médico, em virtude do contexto das consultas ginecológicas: hospital ou consultório, parafernália

médica etc. Segundo Bhatia (2009, p. 163), isso evidencia que “as convenções dos gêneros são de grande utilidade para manter a atmosfera comunicativa e a ordem social desejáveis nas comunidades profissionais civilizadas”. De fato, a situação retórica acima exemplificada (consulta médica) tem propósitos comunicativos compartilhados de forma óbvia (a paciente vai ao ginecologista porque deseja consultar-se, diagnosticar possíveis problemas de saúde, prevenir-se de problemas futuros etc.), o que justifica o emprego de um léxico específico pelo médico (“relaxe”, “serei o mais delicado que puder”), sem que ele seja mal interpretado.

É válido considerar também que, embora os gêneros sejam formas sociais padronizadas em função da recorrência, eles são construtos versáteis. A compreensão de tal versatilidade exige que se considere: (i) texto e contexto em sentido estrito; (ii) o uso que as pessoas fazem da linguagem e o que torna isso possível; e (iii) língua e cultura, em sentido amplo. Torna-se necessário esclarecer que essa versatilidade dos gêneros, na visão de Bhatia (2009), toma como critério privilegiado o propósito comunicativo ligado a uma situação retórica específica, o que justifica a descrição de gêneros em níveis, ora mais específicos, ora mais generalizados. Dito de outra maneira, é o propósito comunicativo, um conceito também muito versátil na opinião do autor, que garante a identificação de um gênero em particular ou de uma *constelação de gêneros*, entendida como um agrupamento em que os gêneros “são pouco discerníveis em termos de propósitos comunicativos e mais em termos de meio de discurso” (BHATIA, 2009, p. 165).

A respeito da tendência para a inovação dos gêneros, cumpre esclarecer que, embora a relativa padronização dos artefatos genéricos seja fundamental para manter a sua integridade na comunidade discursiva em que circula, é verdade também que eles são altamente maleáveis, plásticos e, por isso, sujeitos à inovação e à mudança. Essa dinamicidade, aparentemente contraditória quando relacionada ao caráter convencional dos gêneros, ratifica a ideia de que eles são entidades complexas, haja vista a explosão da tecnologia informacional e dos recursos multimídia, que têm acelerado o surgimento, a transmutação e, até mesmo, o desaparecimento de inúmeros gêneros. Nesse sentido, é coerente pensar com Bathia (2009) que os gêneros se misturam e se imbricam o tempo todo sem que muitas vezes se perceba. Tal hibridização é explorada pelos membros mais experientes da comunidade discursiva, os quais, para atingir os efeitos pretendidos, se baseiam no que já foi estabelecido dentro da comunidade, ou,

como afirma o próprio Bhatia (2009, p. 170), “o aspecto decisivo em tais associações é que elas comunicam melhor no contexto daquilo que já é familiar”.

Para efeito de exemplificação, tome-se um artigo de pesquisa cujo título seja: “*Blog meu, blog meu, existem alunos mais conectados do que os meus?*” A princípio, é possível considerar o enunciado destacado como altamente criativo e inovador, porém, não se pode esquecer de que, em tal contexto, a significação desse enunciado só se completa quando relacionada àquilo que é familiar ao leitor, pois “é a experiência que lhes confere o efeito desejado. [...], se não houver familiaridade com o original, o valor da inovação se enfraquece” (BHATIA, 2009, p. 170). Nesse caso, a construção dos sentidos deve levar em consideração o clássico conto *Branca de Neve e os sete anões*, cuja personagem, a rainha feiticeira, formulava sempre esta pergunta – “*Espelho meu, espelho meu, há no mundo alguém mais bela do que eu?*” – para o espelho mágico, a fim de manter, a todo custo, sua beleza soberana no reino. Tais considerações corroboram a discussão de que “o escritor de gêneros hábil utiliza o que é convencionalmente disponível em uma comunidade discursiva para promover seus próprios e sutis objetivos” (BHATIA, 2009, p. 170).

A bem dizer, em seu clássico *Analysing Genre: language use in professional settings*, Bhatia (1993, p. 40) já afirmava que “explorar as regras e as convenções em nome da criatividade e da inovação é bom, mas é muito melhor fazer isso depois que se tem desenvolvido pelo menos uma boa compreensão, senão um bom domínio sobre as convenções”. É útil esclarecer que essa tendência natural dos gêneros à imbricação e à mistura, fenômeno que tem sido referido por alguns como “falsos gêneros”, configura-se em razão de os gêneros servirem a mais de um propósito, ou melhor, a diferentes finalidades. É dessa forma que um gênero pode ter a forma de um e a função de outro. Para o linguista indiano,

seja qual for a explicação, os gêneros muito dificilmente servem a propósitos únicos; eles apresentam um conjunto de propósito, mas esse conjunto muito frequentemente se torna um misto de propósitos complementares. Não será errado alegar que esses mesmos propósitos apresentam ‘valores genéricos’, caso se possa identificá-los separadamente. (BHATIA, 2009, p. 171).

Outro ponto a se ressaltar na teoria de Bhatia (2009) é a relação que ele estabelece entre gênero e autoridade. O autor enfatiza que “os gêneros derivam sua autoridade das convenções, que se baseiam na crença de que todas as formas discursivas, especialmente aquelas usadas em contextos institucionalizados, são

socialmente determinadas” (BHATIA, 2009, p. 178). E, mais adiante, completa: “como outras formas de discurso, os gêneros são socialmente construídos e, mais ainda, intimamente controlados pelas práticas sociais” (BHATIA, 2009, p. 179). Diante disso, não se pode negar que os gêneros refletem as relações de poder estabelecidas na sociedade. Em outras palavras, só exploram, interpretam e inovam os gêneros aqueles membros legitimados nas comunidades discursivas, os quais já detêm conhecimentos prévios para regular os contratos genéricos, preservando-lhes a sua integridade. A título de ilustração, o autor recorre ao mundo acadêmico, destacando que um artigo de pesquisa, para ser submetido a um periódico, passa por no mínimo dois mecanismos que asseguram a sua integridade genérica: a revisão em pares e a intervenção editorial. E, como prova de autoridade e poder, ele ressalta que as comissões editoriais tendem a emitir parecer favorável aos artigos que têm a ver com suas respectivas áreas de pesquisa; caso contrário, os artigos serão desencorajados ou até mesmo rejeitados. Além disso, a equipe editorial goza de todo o poder inimaginável para manter a integridade do gênero em tela. Tais atitudes elucidam a forte “função censora das comunidades discursivas” (BHATIA, 2009, p. 188).

À parte os conflitos e as tensões, que são normais em qualquer comunidade de discurso, os gêneros possibilitam uma relação de aproximação entre os membros da comunidade, pois “o uso recorrente de tais formas discursivas cria solidariedade entre os membros, conferindo-lhes sua arma mais poderosa para manter os estranhos à comunidade a uma distância segura” (BHATIA, 2009, p. 183). Sob esse ponto de vista, é pertinente dizer que os gêneros típicos de uma determinada comunidade discursiva fazem dela um reduto próprio, com suas normas, seus valores, suas particularidades, ou seja, sua força controladora.

Os propósitos comunicativos da carta do leitor

É certo que, do ponto de vista de suas funções sociais, a carta do leitor funciona como um canal aberto que permite, de alguma forma, o contato entre a mídia e seus; a bem dizer, ela cumpre um papel importante ao tornar pública a voz do leitor, que muitas vezes busca fazer valer os seus direitos e deveres, como forma de exercício da cidadania. Essa sua funcionalidade, inserida em quadros sociológicos mais amplos, realiza-se no gênero por meio dos propósitos comunicativos subjacentes. Nesta pesquisa, o gênero carta do leitor no *Jornal do Commercio* de Pernambuco mostrou-se bastante diversificado quanto aos seus propósitos comunicativos. Na verdade, os

leitores escrevem a partir de diferentes lugares sociais, com intenções muito variadas, as quais são manifestas por meio dos seus discursos, materializados nos textos do gênero em estudo. É assim que se pode afirmar que o gênero em discussão é extremamente heterogêneo. Não dá para pensar a carta do leitor como sendo de um único tipo. De fato, trata-se de uma “família” de cartas agrupadas sob uma mesma denominação, porém com finalidades muito distintas, conforme se pode ver na tabela abaixo:

PROPÓSITO COMUNICATIVO	QUANTI DADE
Criticar/reclamar	154
Elogiar	024
Esclarecer	020
Sugerir	013
Consultar/perguntar	009
Alertar	005
Solicitar/pedir	004
Apelar	004
Agradecer	002
Divulgar	001
Desabafar	001
TOTAL	237

Tabela 1 – Categorização das cartas dos leitores
Fonte: Nunes (2012, p. 80).

Do ponto de vista linguístico, os propósitos comunicativos, anteriormente mostrados na tabela, vêm marcados na carta do leitor, muitas das vezes, de forma bastante explícita, por meio de um verbo ou expressão verbal que indicam o ato de fala do sujeito escrevente. É o que se pode notar nas passagens abaixo:

“*Quero parabenizar* o JC pela entrevista com o engenheiro João Paulo Aguiar, relativa à anexação da Chesf pela Eletrobrás...” (086)

"Em resposta à carta “Lâmpadas”, publicada nesse JC, a Prefeitura de Olinda *informa* ao leitor reclamante, que a Secretaria de Obras...” (003)

“Em resposta à carta do leitor Plínio Palhano, a Compesa *esclarece* que a falta d’água no bairro de Rio Doce, Olinda, foi motivada...” (106)

“... *Sugiro* que o Dircon ou quem quer que seja, multe o proprietário.” (181)

“*Gostaríamos de perguntar* se existe alguma outra fonte que justifique o percentual apontado pelos senhores...” (184)

“... *Pedimos* que o Grande Recife Consórcio de Transporte reveja essa decisão e determine a volta da referida linha...” (030)

“... *Solicito* à SDS um maior policiamento naquele bairro onde os assaltos de duplas de motoqueiros são constantes.” (065)

“*Venho agradecer* o apoio que o Conselho de Moradores do Loteamento Primavera, em Camaragibe, recebeu do grupo JCPM...” (234)

Contudo, é fato também que nem todos os exemplares do gênero em análise apresentam o verbo explicitamente. Grande parte das cartas analisadas deixa entrever o seu propósito comunicativo pelo próprio teor do texto, e mais notadamente por estruturas sintáticas que sinalizam para o leitor a intenção discursiva de quem escreve.

A organização retórica da carta do leitor

A organização retórica de um gênero diz respeito à sua estruturação em *movimentos retóricos*. Os *movimentos* são as passagens do discurso que realizam uma função comunicativa específica e que, juntas a outros movimentos, determinam a estrutura informacional global que deve estar presente no texto para permitir que ele seja reconhecido pela comunidade de discurso como um exemplar autêntico de um determinado gênero (SILVEIRA, 2005).

Com efeito, uma divisão dos estágios textuais que compõem um dado exemplar de gênero deve ser feita levando-se em consideração muito mais critérios funcionais do que formais. Dito de outra maneira, o princípio adotado para estabelecer fronteiras deve estar baseado na *função* que determinado movimento discursivo realiza, isto é, no seu propósito comunicativo (SWALES, 1990), e não apenas em parâmetros puramente linguísticos, pois, muitas vezes, estes estabelecem limites imprecisos. Portanto, adota-se como critérios para a segmentação dos textos: a evidência linguística (forma), a interpretação das informações contidas nos textos (conteúdo) e a experiência do pesquisador como leitor e produtor deste gênero textual.

A análise da organização retórica da carta do leitor, neste trabalho, foi feita com base em alguns critérios de delimitação. Assim sendo, por se tratar de um gênero textual cuja natureza é bastante diversificada, julgou-se coerente escolher alguns tipos de carta à redação para submeter à análise sociorretórica. Dessa forma, expor-se-ão as análises das cartas de *elogio*, *esclarecimento*, *sugestão e consulta*, respectivamente. Ressalta-se, todavia, que a versatilidade é uma das propriedades marcantes desse gênero textual.

As *cartas de elogio*, cujo propósito comunicativo predominante é, evidentemente, fazer um elogio a algo ou alguém, versam, em sua maioria, sobre matérias do próprio jornal. Na verdade, trazem em seu bojo um conteúdo laudatório, porém não menos ideológico, visto que, duvida-se muito da possibilidade de publicação de uma carta que porventura denegre a imagem da mídia em questão. Do *corpus* em análise, foram contabilizadas ao todo 24 cartas dessa natureza, as quais correspondem a 10,13% dos dados analisados. Convém destacar, portanto, que esse foi o segundo tipo de carta mais frequente na mídia em tela no período observado. Observemos um exemplar da *carta de elogio*.

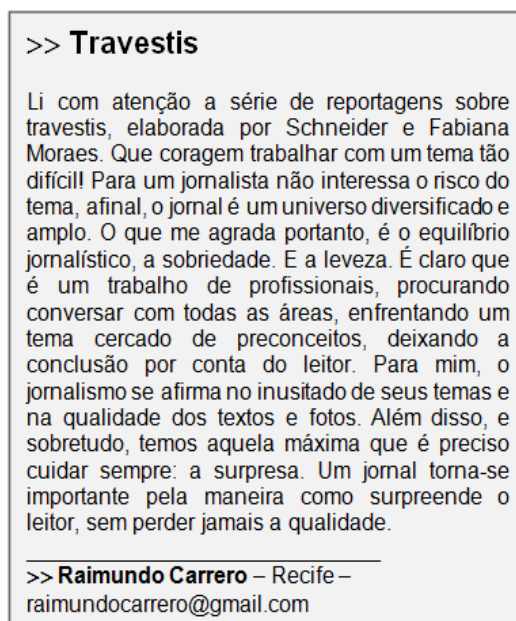


Figura 1 – Exemplar da carta de elogio
Fonte: Nunes (2012, p. 117).

De forma geral, verifica-se que a *carta de elogio* organiza-se em três movimentos retóricos (MR): o primeiro deles (MR1) – *identificando o texto* –, tem por função sinalizar para o leitor o tópico central sobre o qual a carta discorrerá. Na figura

1, trata-se de temática relativa aos “travestis”. Em relação ao segundo movimento retórico (MR2) – *fazendo um elogio* –, julga-se ser esse o bloco principal para a constituição do gênero, uma vez que é nele que se encontra o propósito comunicativo predominante; o tom do texto é principalmente lisonjeiro e de celebração. Contudo, convém frisar que, para realizar este estágio do texto, o sujeito escrevente lança mão de diferentes estratégias. Aliás, elas são tão diversas que não é possível prever qual percurso o autor fará. Não é sem propósito que, para os 24 exemplares analisados, encontraram-se 24 formas diferentes de organização discursiva. Isso evidencia a plasticidade dessa variedade da carta do leitor. Em se tratando do terceiro movimento retórico (MR3) – *fornecendo dados de identificação* – este é o momento em que aparecem para o público leitor informações pessoais relativas ao sujeito escrevente. Este movimento, neste tipo de carta, apresenta-se organizado em três estratégias: 1) identifica o(a) autor(a) da carta; 2) identifica o local (bairro e/ou cidade) onde o(a) autor(a) reside e 3) apresenta e-mail para contato. A relevância deste movimento retórico é clara, visto que o jornal não publica cartas anônimas. Pode-se concluir, portanto, que diferentemente dos gêneros mais formatados, em que os movimentos discursivos são observados rigidamente, o tipo de carta em estudo põe em evidência a versatilidade dos gêneros. Apesar disso, não se pode esquecer de que uma vez por outra aparecem recorrências, visto que o ato de elogiar, obviamente, não prescinde da referência ao item elogiado, nem abre mão de um discurso recheado de avaliações e juízos de valor, visto que a valoração positiva é o seu carro-forte. Do ponto de vista da lexicogramática, a adjetivação é evidente.

Fazendo jus à sua própria designação, a *carta de esclarecimento*, como variedade do gênero textual carta do leitor, tem o propósito de responder alguma dúvida ou queixa, algum questionamento ou mal-entendido do leitor, por isso é sempre motivada por outra carta já publicada anteriormente. Pode-se dizer que elas asseguram, em certo sentido, o direito de resposta que as instituições têm de se defenderem ou, pelo menos, cuidarem da sua imagem perante a sociedade. Veja-se este exemplar:

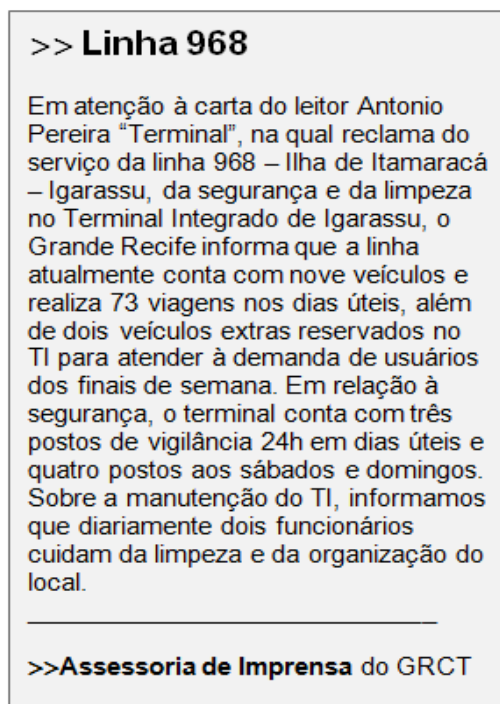


Figura 2 – Exemplar da carta de esclarecimento
Fonte: Nunes (2012, p. 125).

Ao se efetuar a análise dos movimentos discursivos que aparecem nos 20 exemplares analisados desse tipo de carta, que é o terceiro predominante no *corpus*, correspondendo a 8,44%, verificou-se que ela se caracteriza por três movimentos retóricos: o primeiro (MR1) – *identificando o texto* –, em que se apresenta o título da carta; na figura 2, aparece como “Linha 968”. O segundo movimento (MR2) – *esclarecendo uma questão* – é o movimento mais importante para a constituição do gênero, uma vez que é nele que se encontra o propósito comunicativo, marcado, inclusive, por um verbo que indica o ato de fala do sujeito escrevente (*informa*). É nessa passagem que a instituição faz o esclarecimento, respondendo à reclamação ou solicitação anteriormente feita pelo leitor. Para isso, lança mão de algumas estratégias mais ou menos semelhantes em praticamente todos os exemplares analisados, a saber: referir o título, o autor, a data, a cidade e/ou o motivo da carta publicada anteriormente; fazer menção à instituição respondente e, por fim, responder à crítica ou solicitação do leitor. Tais estratégias variam em extensão, frequência e ordem. O terceiro lance retórico (MR3) – *fornecendo dados de identificação* – identifica a instituição autora do texto.

O ato de sugerir também faz parte da rotina daqueles que enviam cartas ao jornal. Pelo visto, em alguns momentos, não basta apenas denunciar os problemas, mas

também é preciso propor soluções para eles. É principalmente sobre isso que versam as *cartas de sugestão*. Veja-se um exemplar.

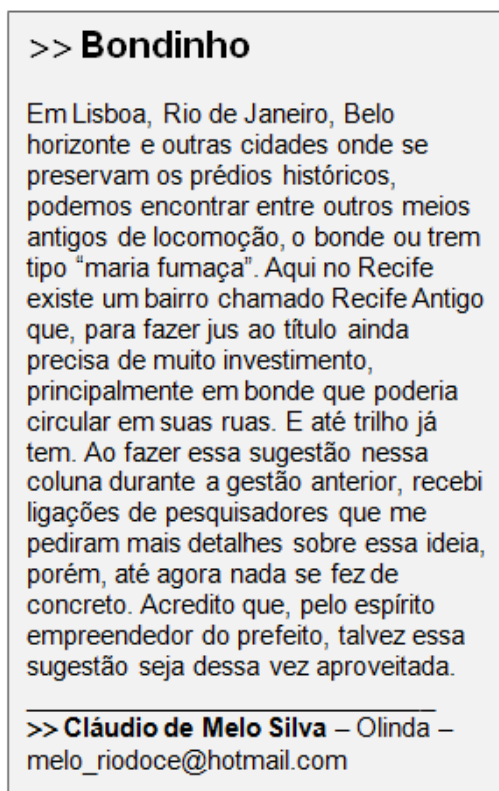


Figura 3 – Exemplar da carta de sugestão
Fonte: Nunes (2012, p. 132).

No decorrer da investigação, constatou-se que essa variedade da carta do leitor é a quarta mais recorrente, totalizando 13 exemplares, os quais correspondem a 5,49% do *corpus*. Nesse sentido, observou-se que a *carta de sugestão* subdivide-se em três movimentos retóricos: o primeiro movimento (MR1) é similar ao MR1 da *carta de elogio* e da *carta de esclarecimento*, já discutido neste trabalho. Ele equivale à palavra-chave que intitula o texto (*Bondinho*). A novidade da *carta de sugestão*, em relação às demais, está no segundo movimento retórico (MR2) – *fazendo uma sugestão* – que, neste caso, cumpre a função de dar um palpite sobre o fenômeno que será tratado na carta. Para isso, o escrevente lança mão de diferentes estratégias, tais como: delinear um cenário, apresentar um problema, propor uma solução para o problema, dentre outros. Na figura 3, tem-se uma intervenção do leitor, que sugere a implantação de um bonde no Recife Antigo. O terceiro movimento retórico (MR3) aparenta-se com este mesmo movimento na *carta de elogio*, discutida no começo desta seção.

A *carta de consulta* funciona como uma espécie de carta-pergunta, pois seu autor, por diversas razões, faz da redação do jornal um canal de interlocução, conforme mostra a figura abaixo:

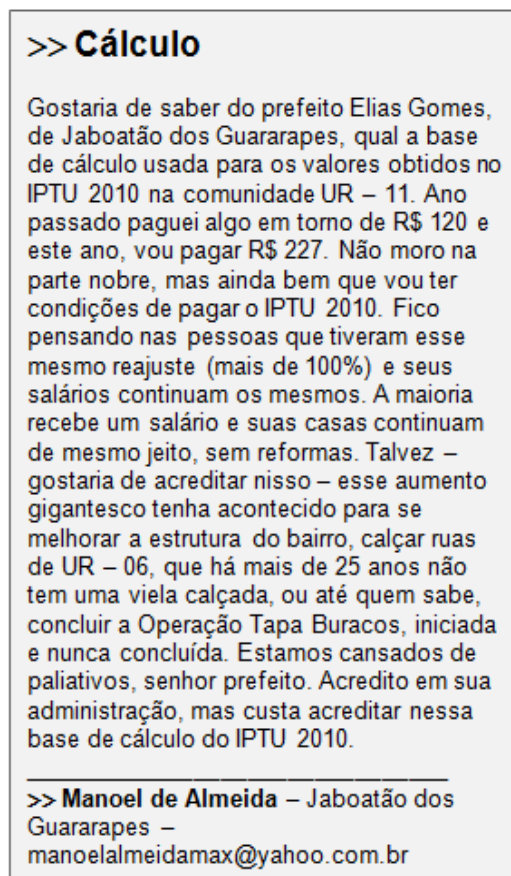


Figura 4 – Exemplar de carta de consulta
Fonte: Nunes (2012, p. 138).

O sujeito escrevente tem como propósito principal buscar uma explicação para o problema apresentado. Identificou-se que, do *corpus* do trabalho, 9 cartas são dessa natureza. No entanto, mesmo assim, esse ainda é o quinto tipo de carta mais frequente, alcançando um percentual de 3,80% dos dados coletados. De forma geral, as *cartas de consulta* organizam-se em três movimentos retóricos: o primeiro (MR1) corresponde à identificação da missiva, tal como apareceu nas demais espécies de cartas analisadas. A novidade aparece, pois, no segundo movimento (MR2) – *formulando uma questão* – cujas estratégias variam para a sua realização: perguntas (in)diretas, exposição de argumentos favoráveis ao levantamento do questionamento, dentre outros. O terceiro movimento retórico (MR3) assemelha-se ao que já foi verificado nas *cartas de elogio* e *sugestão*, visto que também são enviadas por pessoas físicas.

Conclusão

Por fim, convém reiterar que se procurou fazer uma análise apreciativa do gênero textual estudado, buscando compreender as suas condições de produção/edição/recepção, especialmente os seus propósitos comunicativos, bem como traços de sua organização retórica. O principal legado da pesquisa reside na constatação de que a carta do leitor, no suporte investigado, configura-se como um gênero bastante heterogêneo, servindo como materialização de intenções discursivas muito diversas. Em outras palavras, este gênero tende mais à versatilidade que à padronização, devido à sua natureza próxima a uma espécie de conversa por escrito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASKEHAVE, I.; SWALES, J. M. Identificação de gênero e propósito comunicativo: um problema e uma possível solução. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (Org.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: EDUPE, 2009. p. 221-243.

BHATIA, V. K. A análise de gêneros hoje. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (Org.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: EDUPE, 2009. p. 159-195.

_____. **Analysing genre: language use in professional settings**. New York: Longman, 1993.

HEMAIS, B.; BIASI-RODRIGUES, B. A proposta sociorretórica de John M. Swales para o estudo dos gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, 2005. p. 108-129.

NUNES, V. S. **O gênero carta do leitor no Jornal do Commercio de Pernambuco: uma abordagem sociorretórica**. 2012. 236 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2012.

SILVEIRA, M. I. M. **Análise de gênero textual: concepção sociorretórica**. Maceió: EDUFAL, 2005.

SWALES, J. M. Repensando gêneros: nova abordagem ao conceito de comunidade discursiva. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (Org.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: EDUPE, 2009. p. 197-220.

_____. **Genre Analysis:** English in academic and research settings. Cambridge University Press, 1990.

Como referenciar este artigo:

NUNES, Valfrido da Silva. Propósito comunicativo e organização retórica da carta do leitor. **revista Linguagem**, São Carlos, v.30, n.1, p. 100-116, jan./jun. 2019. ISSN: 1983-6988.

Submetido em: 13/07/2017.

Aprovado em: 29/05/2018.